

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

316.3eAR. f*Por 46491

BIBLIOTECA

PORTUGAL SOCIAL de A a Z

TEMAS EM ABERTO

Organização de

José Luís Cardoso

Pedro Magalhães

José Machado Pais

Uma edição
Comemorativa:



Uma obra editada para:

Impresa Publishing | Expresso
Rua Calvet de Magalhães, 242
2770 – 022 Paço de Arcos
www.expresso.sapo.pt

Título: Portugal Social de A a Z – temas em aberto

Organização editorial: José Luís Cardoso, Pedro Magalhães, José Machado Pais

Direção de Projetos Editoriais Impresa Publishing: Henrique Monteiro

Direção Expresso: Ricardo Costa

Direção de Marketing: Mónica Balsemão

Gestora de Marca: Susana Freixo

Revisão editorial: Inês Versos

Apoio editorial: Mafalda Vieira e Frederico Silva

Capa e paginação: Rita Múrias e Paulo Barata Corrêa

Impressão e acabamento: Norprint

ISBN: 978-989-20-4232-9

Depósito legal: 365002/13

Impresso em Outubro 2013

- 07 **NOTA DE ABERTURA.**
JOSÉ LUÍS CARDOSO, PEDRO
MAGALHÃES E JOSÉ MACHADO PAIS
- 09 **AMBIENTE**
LUÍSA SCHMIDT
Comentário: *Filipe Duarte Santos*
- 21 **BEM-ESTAR**
JORGE VALA
Comentário: *José António Pereirinha*
- 35 **CIDADANIA**
FILIPE CARREIRA DA SILVA
Comentário: *Elísio Estanque*
- 45 **DESENVOLVIMENTO**
JOSÉ LUÍS CARDOSO
Comentário: *João Ferreira do Amaral*
- 57 **EDUCAÇÃO**
ANA NUNES DE ALMEIDA
E MARIA MANUEL VIEIRA
Comentário: *Eduardo Marçal Grilo*
- 70 **FAMÍLIA**
KARIN WALL, VANESSA CUNHA
E SUSANA ATALAIA
Comentário: *Maria das Dores Guerreiro*
- 82 **GERAÇÕES**
MANUEL VILLAVERDE CABRAL
Comentário: *Ana Alexandre Fernandes*
- 94 **HISTÓRIA E MEMÓRIA**
RUI RAMOS
Comentário: *Pedro Mexia*
- 105 **IMPÉRIOS**
NUNO GONÇALO MONTEIRO
Comentário: *Pedro Cardim*
- 118 **JUSTIÇA**
NUNO GAROUPA
E SUSANA SANTOS
Comentário: *António Araújo*
- 130 **KITSCH**
JOSÉ MACHADO PAIS
Comentário: *Maria do Carmo Serén*
- 141 **LAZERES**
VITOR FERREIRA E RUI TELMO GOMES
Comentário: *Vitor Belanciano*
- 154 **MIGRAÇÕES**
JOÃO PEIXOTO
Comentário: *Gilberta Pavão Nunes Rocha*
- 166 **NAÇÃO E NACIONALISMO**
ANTÓNIO COSTA PINTO
Comentário: *Nuno Severiano Teixeira*
- 177 **ORÇAMENTO DE ESTADO**
PAULO TRIGO PEREIRA
Comentário: *António Bagão Félix*
- 191 **POBREZA**
CARLOS FARINHA RODRIGUES
Comentário: *Manuela Silva*
- 206 **QUALIDADE DA DEMOCRACIA**
PEDRO MAGALHÃES
E LUÍS DE SOUSA
Comentário: *Rui Tavares*
- 221 **RELIGIÕES**
CRISTIANA BASTOS
E JOÃO VASCONCELOS (ORGS.)
Comentário: *José Tolentino de Mendonça*
- 233 **SEXUALIDADE**
SOFIA ABOIM
Comentário: *Michel Bozon*
- 245 **TERRITÓRIO**
JOÃO FERRÃO
Comentário: *António Manuel Figueiredo*
- 261 **UNIVERSIDADE**
ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA
Comentário: *João Lobo Antunes*
- 271 **VALORES**
CÍCERO PEREIRA E ALICE RAMOS
Comentário: *João Ferreira de Almeida*
- 285 **WEB**
HERMÍNIO MARTINS
E JOSÉ LUÍS GARCIA
Comentário: *José Vitor Malheiros*
- 296 **XADREZ POLÍTICO**
MARINA COSTA LOBO
Comentário: *Vasco Barreto*
- 306 **YES! WE ARE! QUEM SOMOS?
UMA IDENTIDADE NACIONAL**
JOSÉ MANUEL SOBRAL
Comentário: *Augusto Santos Silva*
- 319 **ZONA EURO**
PEDRO LAINS
Comentário: *António Afonso*
- 331 **BIOGRAFIAS**
Autores e Comentadores

Para ele, a mais alta expressão de cultura era falar inglês, e Lobo sabia pedir água na língua do grande império.

Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaiás Caminha* (1907/1909)



Impérios

Nuno Gonçalo Monteiro

No vocabulário contemporâneo atual o termo império tem uma utilização recorrente, mas difusa. Confunde-se muitas vezes com a expressão imperialismo, com forte conotação política. Frequentemente, associa-se a contextos coloniais. E estes, no âmbito português, quase sempre à história, remota e recente.

No entanto, uma incursão sobre os significados pretéritos da palavra permite desfazer, numa primeira aproximação, as associações antes estabelecidas. Há cerca de trezentos anos, no primeiro dicionário de língua portuguesa, afirmava-se que império era uma «monarquia ou região muito ampla dominada de um Príncipe». E, depois de se aludir ao império mongol e outros, dizia-se que «hoje (...) se toma por Alemanha», e pelos estados do imperador. Ou seja, embora genericamente significasse também «mando, autoridade, senhorio», o termo aplicava-se em concreto ao Sacro-imperador de Viena, desde há séculos herdeiro formal do império romano. De resto, o termo colónia mantinha o sentido clássico romano de «gente que se manda para uma terra novamente descoberta ou conquistada», não servindo para qualificar a generalidade dos territórios controlados em outras paragens por potências europeias. A ligação entre império e colónia não era, portanto, corrente. Império era então, acima de tudo, uma herança romana.

A mais destacada experiência europeia subsequente com uma qualificação imperial confundiu-se com o expansionismo francês e com as

guerras globais associadas a Napoleão de Bonaparte, desde 1804 auto-proclamado Imperador dos Franceses, que em 1806 extinguiria formalmente o império com sede austríaca. A derrota napoleónica consagraria de forma sustentada a hegemonia planetária inglesa que se prolongaria por mais de um século. De permeio, o Brasil independente proclamou-se império em 1822, qualificando oficialmente de colonial a situação que existira antes de 1808. No entanto, embora a expressão *Império Britânico* já se usasse ocasionalmente desde finais do século XVII, a primeira grande difusão semântica do termo só veio a ter lugar no último terço do século XIX, ligada à partilha da África e do mundo. Daí em diante, porém, o modelo e o vocabulário britânicos ganharam uma difusão sem precedentes. Nas décadas posteriores, a generalidade dos Estados europeus, com especial destaque para aqueles que nunca tinham tido a posse de territórios extraeuropeus, esforçou-se por ter um império e colónias. E, na maior parte dos casos, durante mais de meio século, todos o proclamaram efusivamente.

As guerras de independência, a 2ª Guerra Mundial, e os processos de descolonização que a acompanharam e lhe sucederam vieram alterar em larga medida este cenário. Num vocabulário que se foi tornando cada vez mais global, o anti-imperialismo das situações coloniais transmutou-se para a nova potência dominante (EUA) e para a sua rival na Guerra Fria (URSS).

É corrente afirmar-se que Portugal manteve o primeiro e o derradeiro império colonial europeu. Em larga medida, tal afirmação resulta da autoimagem que o império contemporâneo português criou para si próprio, em competição com os outros impérios. De acordo com uma contaminação semântica que a hegemonia imperial da língua inglesa ajuda a consolidar, presume-se em muitos casos que os modelos de referência correspondem ao paradigma dos impérios coloniais europeus tal como existiram entre finais do século XIX e meados do século XX. Quando se invoca o assunto, império, metrópole e colónia são palavras que se associam com toda a naturalidade. E as mesmas referências anglo-americanas tendem ainda a conferir o qualificativo de pós-colonial aos seus sucedâneos. Em muitos casos, esses pressupostos não ajudam em nada a análise e compreensão dos impérios anteriores e posteriores. Nem, muitas vezes, os impérios coloniais contemporâneos. De resto, distinguir formas imperiais «tradicionais» das ditas, reputadas de «modernas», também não ajuda. Diversas modalidades imperiais recentes evocam mais realidades passadas do que as dos impérios coloniais dos séculos XIX e XX.

De facto, no decurso do último meio século, os processos de descolonização dos territórios até então dominados por potências ocidentais na Ásia e em África foi acompanhado de uma substantiva discussão e revisão de palavras e de conceitos. Um leque muito amplo de expressões foi abandonado, pelo menos durante algum tempo. Descobrimientos, raça, ação civilizadora, são apenas alguns dos conceitos que desapareceram do léxico, porque conotados com práticas e comportamentos típicos dos impérios da primeira metade do século XX e as formas de dominação que se tornaram, entretanto, universalmente condenadas. Tanto quanto a exploração económica, o eurocentrismo cultural foi sujeito a severa crítica. No entanto, se as palavras e os conceitos tinham sido, em larga medida, tomados dos do «grande império» britânico, aqueles que se adotam como alternativa e sucedâneo, designadamente na área dos temas ditos pós-coloniais, retomam os mesmos referentes linguísticos e até geográficos, mas agora ao gosto da nova conjuntura. Nem sempre é fácil sair desse constrangimento, cujas limitações são evidentes.

Conceitos

Como acontece com várias expressões com uma larga difusão em áreas disciplinares muito diversas, não existe definição consensual do que seja um império. Mas é possível esboçar uma proposta minimal. Embora se possa extrapolar para outros campos, parece certo que o termo se reporta a entidades políticas. E, quase sem exceção, com uma ampla tradução territorial. Por norma, isso significou que os impérios incorporaram populações de diversa origem e formas de organização, com um certo grau de heterogeneidade étnica. Significou também que tiveram, ainda que mais notória só em certos momentos, uma pulsão de expansão espacial, sempre apoiada na força militar. Por fim, qualquer que tenha sido o peso das dinâmicas económicas na sua gestação, todos os impérios minimamente duráveis tiveram de ser económica e financeiramente viáveis, pelo menos por algum tempo.

As dinâmicas de expansão imperial obedeceram a impulsos de natureza muito diversa, que frequentemente se combinaram. As referidas vertentes económicas, que Hobson e Lenine reputavam uma marca singular da expansão capitalista europeia de finais do século XIX, tiveram uma incidência variável. Por vezes, foram o resultado imprevisto de ações com outros objetivos, enquanto as intervenções com desígnios de impulsionar a rentabilidade nem sempre se revelaram lucrativas, contrariando as previsões. As tensões demográficas também jogaram muitas vezes um papel

A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

central que não foi, no entanto, uniforme. Do mesmo modo, os impulsos religiosos, designadamente a conversão dos não crentes, estiveram longe de constituir um impulso universal (existiram impérios despojados de proselitismo religioso e plurais nesse campo), destacando-se a propósito a inversão das atitudes do império romano antes e depois da conversão dos imperadores ao cristianismo. As dimensões militares e estratégicas foram por norma relevantes, sublinhando-se em parte da bibliografia recente internacional o peso quase sempre decisivo da competição entre potências nas dinâmicas imperiais. A expansão europeia dos séculos XV e XVI, por exemplo, resulta incompreensível se não se tiver em conta o apogeu do império turco otomano.

Muitas das presunções decalcadas dos impérios coloniais contemporâneos carecem de generalização. A existência de uma metrópole (termo que tem uma difusão muito tardia como o contraponto de colónia) não era um facto universal. O império mongol, por exemplo, não tinha uma capital, nem um centro geográfico permanente, definindo-se a sua cabeça política pela presença e figura nómada do Grande Khan. Por outro lado, como tem sido bem demonstrado pela pesquisa recente, não existia uma distinção radical entre as formas de incorporação de territórios praticadas pelas grandes monarquias europeias no próprio espaço europeu e aquelas que foram adotadas no decurso do processo de expansão fora da Europa.

Contextos

A invocação do império colonial português parece convocar de forma quase imediata algumas associações de ideias. O seu carácter pioneiro e arrasado no tempo, como que sugere alguma especificidade e continuidade. O contraste entre a pequenez do território originário de Portugal e a imensidão das possessões coloniais. Um mote muito repetido ao longo de séculos, com uma expressão emblemática no célebre cartaz do Estado Novo dos anos trinta no qual a sobreposição das colónias portuguesas ao mapa da Europa servia para expressar que «Portugal não é um país pequeno», mas com sólidos antecedentes. João de Barros escreveu em 1552: «assim como Cristo Jesus comparou a multiplicação do Evangelho ao espirito do grão de mostarda em respeito das outras sementes, assim em comparação da grandeza, que outros Reinos desta Europa têm em terra, e povo, bem podemos em virtude da multiplicação, e feitos ilustres em acrescentamento da Igreja, e louvor da sua própria Coroa, comparar este reino a um grão de mostarda, o qual tem produzido de si uma grande árvore». A estas, haverá que acrescentar, naturalmente, algumas imagens mais recentes.

Em termos analíticos, pelo menos, será possível e útil distinguir diversos ciclos e distintas configurações imperiais. Como acontece quase sempre, em função do espaço e do tempo.

Uma primeira, prevalecente nos séculos XV e XVI, fundada na expansão africana e asiática. Com um cunho militar esmagador e associada ao controlo de rotas comerciais, mantido em larga medida pela supremacia militar marítima, assente, entre outras coisas, no domínio dos respetivos saberes. Com uma marca decisiva de proselitismo religioso que iria perdurar. Indiscutivelmente pioneira, entrou em declínio quando a referida supremacia se desvaneceu na competição com atores locais e europeus.

Uma segunda, identificada sobretudo com o Atlântico, o Brasil e a África ocidental, dominante nos séculos XVII e XVIII. Ao invés da anterior, esta pautou-se desde cedo pela organização de atividades produtivas e extrativas em grande escala, pelo açúcar, depois pelo ouro, pelo algodão, pelo café, pela criação de gado. Esteve associada à utilização massiva de mão de obra escrava africana e a fortes ondas de emigração espontânea e semi-ilegal do Norte do reino (Minho), quase exclusivamente masculina, jovem e alfabetizada, bem como a um modelo consolidado de governo do território apoiado nas elites locais. Teve implicações demográficas decisivas a longo prazo que condicionaram muito as imagens da colonização portuguesa, mas que nunca antes nem depois se verificaram numa escala comparável.

Por fim, a terceira configuração imperial seria a da época contemporânea, tal como se foi construindo ao longo do século XIX e nos inícios do século vinte, retomando presenças territoriais antigas, mas redefinindo-as completamente em função de impulso em larga medida resultante da pulsão do nacionalismo colonial moldado pela disputa com outras potências europeias. Reconfigurando antigas formas de utilização de trabalho compulsivo, centrou-se sobretudo em África e assumiu um forte cunho militar e um centralismo administrativo sem precedentes. Contra muitas pretensões, nunca conseguiu promover a emigração massiva, que só se intensificou nos tempos prolongados de guerra e de acelerado crescimento económico que antecederam o colapso apocalíptico. A derradeira grande descolonização europeia, feita fora do tempo das restantes, começou e terminou em guerras.

O desafio é evidentemente saber se estas distintas configurações podem ser reduzidas a um mesmo e único império ou processo de colonização ou se, contra as autorrepresentações dos agentes e de outros, devem ser resguardadas na sua diversidade. Entre as continuidades estará,

seguramente, a dependência das finanças públicas portuguesas dos proventos gerados de forma direta ou indireta pelos territórios ultramarinos. Indiscutível na primeira e na segunda configuração, muito menos certa na terceira. Também o tráfico de escravos, estruturado na primeira, central na segunda, reconvertido na terceira se pode reputar num elemento de continuidade. O mesmo acontece quanto à proporção muito elevada, por comparação com outros impérios europeus, de pessoas que circulavam pelos territórios do ultramar, embora isso seja evidente nos séculos XVII e XVIII e não no XIX. Destaque-se ainda, certamente, a língua portuguesa, que bem presente nos territórios da segunda e da terceira configurações, pode ser vista como tal, embora a sua generalização seja, em muitos casos, pós-colonial. Por fim, considerem-se alguns aspetos da ideologia imperial. No entanto, nessa matéria o que parece mais evidente é a forma como a terceira configuração se pretendeu apropriar das anteriores.

As representações do passado colonial dominantes nos tempos atuais conferiram uma essência específica e, por isso, uma unidade matricial aos impérios e às colonizações portuguesas. Uma primeira retomou com poucas alterações o legado luso-tropical gerado por Gilberto Freyre, tal como prevaleceu na última fase do Estado Novo, insistindo, designadamente, na propalada tendência para a miscigenação racial. É certamente a mais difundida. Outras, pretenderam construir-se na crítica da anterior, mas acabaram por retomar muitos dos seus pressupostos. Para estas perspetivas, existem «especificidades do colonialismo português», pois «semicolinizadores e semicolonizados (...) os portugueses não puderam regular eficazmente as suas colónias» (Boaventura S. Santos).

Imagens

Existiu de facto um império e um colonialismo português? A primeira dimensão a realçar é que a identificação de Portugal e da sua história com a expansão em Marrocos e na Índia foi perpetuada em numerosos escritos da própria época, em particular a partir de meados do século XVI. De resto, pode sugerir-se que nas crónicas e outros registos quinhentistas, essas referências se sobrepuseram à memória da Reconquista cristã da Península Ibérica. Uma expressão paradigmática são, evidentemente, *Os Lusíadas* de Luís de Camões, publicados em 1572, que contribuíram de forma decisiva para a fixação de uma memória bélica e epopeica, que a generalidade dos registos ulteriores iria retomar e replicar. Essa reivindicação constitui, sem dúvida, um poderoso elemento de continuidade. Contribuiu de forma

decisiva para que na posteridade os intervenientes pudessem imaginar, nas sucessivas configurações imperiais ulteriores, que estavam simplesmente a continuar os feitos dos Gamas e Albuquerque. Marrocos manteve-se, sempre com custos, até ao cerco da última praça, Mazagão, e à migração dos seus residentes em 1769. A Índia sobreviveu décadas às custas da remessa de centenas de homens, depois como protetorado britânico e chegou à era dos impérios coloniais contemporâneos.

A tal ponto essa memória foi fixada que não se interrompeu quando Portugal foi incorporado na monarquia dos Habsburgos em 1580. De resto, o compromisso de reservar os cargos superiores para naturais portugueses foi por norma cumprido. A inversão de ciclo aconteceu com o ataque holandês, em todas as frentes, Ásia, América e África, iniciado também nesse tempo. E, curiosamente, a guerra contra os holandeses e a vitória alcançada no Brasil e em Angola, antecipando o triunfo da Restauração e a consolidação dos Bragança, nunca teve uma celebração semelhante aos feitos quinhentistas, exceto em regiões do Brasil, como Pernambuco, onde ainda hoje se evoca.

Por essa altura o centro da monarquia dos Bragança já era o Atlântico. Desde 1643 que existia um Conselho Ultramarino. Mas, qual era a designação oficial dada ao todo, ao território europeu continental e às remotas partes? Não é segura uma resposta, ou melhor, coexistiam múltiplas designações. Reino e conquistas era uma das mais difundidas. Existia um chamado Estado da Índia, outro do Brasil e outro do Maranhão e as câmaras da cabeça de todos os três chegaram a ter representação parlamentar em Cortes reunidas na segunda metade de seiscentos, ao lado de quase uma centena de procuradores das terras do reino. Apesar dos sucessores da coroa serem designados por Príncipe do Brasil desde 1653, o vice-reinado da Índia era o posto principal da monarquia e só no século XVIII é que o governo geral do Brasil passou a ter sempre tal qualificação. De colónias ainda se fala no sentido antigo do termo no início do século XVIII. A dualidade metrópole/colónia só começa a difundir-se de forma significativa no último terço de setecentos, ligada à divulgação da economia política.

As imagens externas dos territórios dos domínios portugueses foram diversificadas. Certamente uma das mais fortes, porque retomava os discursos e os preconceitos da Europa protestante sobre a Península Ibérica e seus territórios, foi o discurso sobre a Inquisição de Goa. De resto, apesar das clivagens e dos discursos críticos recíprocos entre portugueses e castelhanos, as imagens prevalecentes na Europa do século

das Luzes reforçaram o referido legado protestante sobre a matéria. Há referências desde o século XVI à miscigenação dos ibéricos, à intensidade do tráfico de escravos, à violência sobre os ameríndios, mas também, mais tarde, às numerosas alforrias, às frequentes compras da própria liberdade por escravos, no Brasil. Contudo, nada disso antecipa de forma inequívoca o discurso ulterior sobre a matéria.

A conjuntura napoleónica, a transmigração da família real, a abertura dos portos do Brasil e sua posterior independência, de cuja concretização muitos deputados duvidavam por causa do temor de revoltas escravas, precipitaram o colapso da monarquia de Antigo Regime. Reconhecida a independência do Brasil, o ciclo político iniciado só terminaria com o triunfo do liberalismo. De acordo com a Carta Constitucional de 1826, a «associação política» designada de «Reino de Portugal e Algarves» compreendia os territórios em África e na Ásia, mas já não os da América. Só que a principal atividade de Angola e outros territórios era o fornecimento de escravos para o Brasil independente, onde estes chegavam em números sem precedentes. Apesar das pressões externas britânicas e das iniciativas internas, foi mesmo a quase suspensão das importações do Brasil em 1850 que alterou o rumo das coisas. Daí para diante, durante mais de um século, a orientação de fazer «novos brasis em África» chocou-se em parte com a presunção, bem presente em nomes que vão desde Oliveira Martins a Marcelo Caetano, de que não era «possível povoar a África de Brancos»; como afirmava Caetano (1954), «os pretos em África têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus mas são indispensáveis como auxiliares destes». Daí as tentativas reiteradas e precoces de reverter a exportação de escravos na utilização local de mão de obra indígena, encontrando sucedâneos para a escravatura, com graus variáveis de coerção. E também a simpatia reduzida pela ideia de miscigenação, étnica ou simplesmente cultural.

O contexto internacional, a partilha da África e do mundo, o Tratado de Berlim de 1884-1885 ajudariam a consolidar um novo nacionalismo imperial (Valentim Alexandre 1993) como parte da cultura política portuguesa, bem expresso na chamada questão do *Ultimatum* inglês de 11 de janeiro de 1890. Ao mesmo tempo que se redefinia o estatuto dos territórios coloniais e se multiplicavam os empenhos militares de ocupação efetiva dos mesmos. A partir de então os territórios coloniais passam a ser depositários de uma dimensão essencial da afirmação nacional. E, com maiores ou menores oscilações de modelo administrativo, o legado de projetos e de ideias passa da monarquia para a República e desta

para o Estado Novo, consubstanciado no Ato Colonial de 1930, depois incorporado na Constituição de 1933. Mas é a própria ditadura que em 1951 irá promover, agora no contexto global da descolonização, uma nova designação para as coisas.

Com efeito, a evolução que têm as taxonomias oficiais é muito significativa. A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que vinha do Antigo Regime passou a ser conhecida durante o século XIX por Ministério da Marinha e Ultramar. Com a República ficou a designar-se da Marinha e Colónias, separando-se depois, em 1911, o Ministério da Colónias. Com tal designação se manteve no Estado Novo, até que em 1951, com a revisão do Ato Colonial e da Constituição, se passou a chamar de Ministério do Ultramar. Com efeito, o referido Ato (1930) proclamara que «os domínios portugueses chamam-se colónias e denominam-se Império Colonial», mas em 1951 o império passou a «províncias ultramarinas». Renascido em meados do século XIX com várias designações, o Conselho Ultramarino passou a denominar-se em 1926 Conselho Superior das Colónias, mudou a designação em 1935 para Conselho do Império Colonial e em 1952 tornou a chamar-se Conselho Ultramarino... A Agência Geral das Colónias, que fora criada em 1924 a partir de diversos organismos, manteve-se com essa designação no Estado Novo, mas mudou para Agência do Ultramar em 1951.

As oscilações dos discursos e ideologias coloniais são difíceis de resumir. Mas parecem bem ilustradas pelos destinos portugueses da obra de Gilberto Freyre. Quando em 1933 pretendeu definir as «características gerais da colonização portuguesa do Brasil», destacou que «quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou neste ponto aos portugueses; misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contacto e multiplicando-se em filhos mestiços (...) conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas» (Freyre, 1933). Inicialmente recebidas com reserva por setores do regime, alguns dos quais nunca as aceitaram bem, as teses freyrianas acabaram, depois de 1951, por ir sendo gradualmente adotadas pelo Estado Novo, «contaminando» os círculos do poder e a política externa (Cláudia Castelo 1999), e personagens marcantes como Adriano Moreira (Ministro do Ultramar 1961/1962). O próprio Freyre aceitou alargar, com poucas reservas, as suas teses ao conjunto dos territórios coloniais portugueses, pelos quais foi passeado em visitas de prospeção e propaganda organizadas pelo regime. O rebentar da guerra colonial em 1961 não esmoreceu a aceitação do luso-tropicalismo, embora lhe modificasse as vias de difusão.

Uma guerra colonial prolongada (1961-1974), desenvolvida em três frentes, de baixa intensidade, mas promovendo uma intensiva mobilização de homens (o recrutamento chegou a alcançar os 85.000 homens) terá produzido cerca de 8.300 mortos, só metade em combate e bom número entre soldados recrutados localmente. Mas dela resultaram mais de 30.000 deficientes, e muitos mais traumatizados. A descolonização subsequente produziu à volta de 500.000 retornados, absorvidos com surpreendente rapidez. Em 1978, 70% dos portugueses pensava que se devia ter concedido a independência às antigas colónias e apenas 2% que a guerra devia ter continuado, mas 20% ainda achava que Portugal não sobreviveria sem colónias (A. C. Pinto 2001). Acreditava-se então na Europa como saída.

Se durante algumas décadas poucos filmes e romances trataram uma guerra que se pretendeu por um tempo esquecer, a verdade é que entretanto a comemoração dos descobrimentos e novos laços com as ex-colónias fizeram com que os temas «coloniais» regressassem à agenda cultural e académica. E, de forma muito significativa, regressaram em formas diferentes, mas mantendo as suas matrizes fundamentais, os legados de Freyre a saber: a existência de uma «especificidade da colonização portuguesa» e o facto de ela estar associada à «miscigenação».

Os números são naturalmente incertos, até porque a classificação da cor da pele era fortemente condicionada pelo estatuto social do classificado, mas estima-se que por alturas da independência do Brasil os mulatos e negros libertos representassem entre 13 e 28% de uma população superior a 3.000.000 de habitantes. Basta ler os debates parlamentares das cortes liberais lisboetas de 1822 sobre o voto e elegibilidade dos libertos para se ter uma perceção clara do seu número e dos postos por eles alcançados. Só que o Brasil colonial não teve réplica. Com exceção de Cabo Verde (onde representavam mais de dois terços do total) em nenhum dos territórios coloniais portugueses existentes em 1950 a população mestiça alcançava número significativo, ficando-se a sua proporção em regra abaixo de 1%. Paraphraseando o que Maria Archer escreveu em 1937: «o milagre não deu gémeo»...

As referências «ultramarinas» são parte essencial da memória histórica dos portugueses a qual, de acordo com todos os inquéritos de opinião, pesa muito na sua definição identitária atual. O conhecimento e a informação crítica constituem a melhor forma de emancipar as imagens sobre o assunto de preconceitos, sejam os que decorrem das heranças «colonialistas» próprias, sejam os que resultam da adoção sem reservas de tópicos das culturas hegemónicas globais.

Referências Bibliográficas

- Alexandre, Valentim, 2000. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- Alexandre, Valentim, 1993. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento.
- Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (orgs.), 1998. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores (5 vols).
- Bicalho, Maria Fernanda; Fragoso, J. e Gouveia, M. F. (orgs.), 2001. *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boxer, Charles R., 2011. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70. (reed. com introdução de Diogo Ramada Curto).
- Castelo, Cláudia, 1999. *«O modo português de estar no mundo»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freyre, Gilberto, 1933. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Marques, João Pedro, 2004. *Portugal e a Escravidura dos Africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, António Costa, 2001. *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.

A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z